

Apoiar o desenvolvimento do sector das convenções e exposições, e promover a diversificação adequada da economia

Segundo os dados da Estatística e Censos, em 2014 realizaram-se 1055 eventos, incluindo congressos, conferências e exposições, nos quais participaram 2,61 milhões de indivíduos, representando um aumento anual de 30%. Mais concretamente, realizaram-se 607 congressos de empresas, representando 58% do total, seguidos de congressos de associações, de exposições e também de congressos promovidos pelo Governo. O maior n.º de participantes concentrou-se nas exposições, com 2,49 milhões de participantes em 87 exposições, representando 95% do total. Segundo estes dados, os congressos de empresas e as exposições são os pontos fortes do sector das convenções e exposições, o que merece ponderação.

O Relatório anual sobre o mercado de congressos 2014, divulgado pela Associação Internacional de Congressos e Convenções, reconheceu os 23 congressos internacionais realizados em Macau, colocando Macau no 20.º lugar do ranking de cidades da Ásia-Pacífico, subindo 14 lugares relativamente ao ano anterior. Refere-se ainda no Relatório que o sector das convenções e exposições de Macau conseguiu, ao fim de mais de 10 anos de desenvolvimento, atrair a realização de eventos internacionais em Macau, o que só favorece a acumulação de talento e experiência. Com a optimização do modelo de gestão dos postos fronteiriços, é de crer que mais congressos internacionais se venham a realizar, por exemplo, a Feira Internacional de Macau (MIF), a Macao International Environmental Co-operation Forum & Exhibition (MIECF), a G2E Asia, e a Macau Auto Show, eventos reconhecidos pela Associação Internacional de Congressos e Convenções.

Tendo em conta as vantagens que Macau oferece ao rumo e desenvolvimento do sector das convenções e exposições, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve aproveitar a conjuntura económica externa, isto é, o rápido crescimento da Ásia e do nosso País em particular, e as vantagens do hardware de Macau, ou seja, as infra-estruturas turísticas de nível mundial, e concorrer, em conjunto com o sector, para grandes projectos de conferências e exposições internacionais de alto nível.

2. O Governo e o sector das convenções e exposições devem reforçar o desenvolvimento coerente deste sector com operadores de diversas áreas, hotéis, centros de congressos, marketing, gestão de conferências, aeronáutica, comunicações, produção áudio e vídeo, média, restauração, reprografia, transportes internos, publicidade e compras a retalho, entre outros, formando uma cadeia industrial relacionada com o sector das convenções e exposições.

3. O sector das convenções e exposições inclui conferências, exposições, turismo de incentivos e festivais, e todas estas actividades apresentam diferentes graus de desenvolvimento. Tendo em conta os recursos turísticos existentes, caso dos grandes hotéis, se for possível congregar as forças do sector do turismo, o desenvolvimento do turismo de incentivos poderá constituir uma mais-valia para o sector das convenções e exposições.

O sector das convenções e exposições foi acumulando ao longo de vários anos experiência, criação de marcas, recursos humanos especializados e qualificados, hardware de nível internacional, etc., e face ao ajustamento económico, Macau necessita mesmo de encontrar novos factores de crescimento económico, portanto, acredita-se que o recurso a uma única indústria, com vista a conseguir as sinergias necessárias com os demais sectores, vai permitir que o sector das convenções e exposições tenha condições para se assumir como novo pilar da nossa economia.

IAOD Wong Kit Cheng em 2015.11.25

Muitos serviços públicos são criticados pelo seu desempenho não ser o ideal. O elevar da eficácia das acções governativas é uma das prioridades das LAG, no entanto, detectaram-se recentemente casos de documentos com informação clínica abandonados nas vias públicas e a emissão ilegal de passes mensais de parques de estacionamento. Isto demonstra que é total a falta de consciência de auto-fiscalização dos serviços no desempenho das suas funções.

Os documentos com informação clínica do hospital S. Januário abandonados nas vias públicas despertaram a atenção dos cidadãos. A autoridade competente deu uma resposta imediata, afirmando que existem instruções e regimes de fiscalização perfeitos. Após um mês de investigações, a autoridade veio afirmar que os dirigentes tinham dado instruções ao pessoal sobre o tratamento daqueles documentos, instruções que o pessoal não cumpriu. Foram então despedidos dois trabalhadores da camada de base, mas os dirigentes ficaram isentos de responsabilidades. Esta actuação não é a mais racional e tem impacto no moral dos trabalhadores de base. É evidente que os dirigentes deram instruções aos trabalhadores, mas estes não as respeitaram durante dois meses sem que os dirigentes o tivessem detectado. Isto demonstra falta de iniciativa dos dirigentes na fiscalização e na salvaguarda da concretização das instruções, e demonstra que tudo depende do sentido de responsabilidade e da consciência de cada trabalhador quanto ao seguimento das instruções para tratamento de documentos com dados pessoais. Esta situação é diferente da descrita pela autoridade, quando afirma que existem instruções e regimes de fiscalização perfeitos. Neste caso, quem falhou? A quem se imputam responsabilidades? Há dois dias, foram descobertos mais parques de estacionamento que emitiram passes mensais de forma ilegal. Trata-se de mais um caso, semelhante ao dos documentos, em que não foram seguidas instruções. A DSAT entregou o trabalho e a responsabilidade de gestão do regime de passes mensais às empresas de administração dos parques, e durante anos não tomou a iniciativa de fiscalizar. O problema não foi detectado, e acabou por prejudicar gravemente o interesse público.

Segundo os exemplos referidos, alguns serviços públicos trabalham nos termos da lei, mas se o pessoal não estiver bem preparado e se a supervisão dos superiores não for eficaz, pode haver lugar a muitos erros, acabando por se afectar a eficácia da governação. Estes exemplos são um alerta para os problemas da governação, até porque não se sabe quantos mais casos semelhantes estarão ainda por descobrir.

Sugere-se então aos serviços públicos que procedam a uma auto-fiscalização e à revisão periódica das instruções de trabalho e da situação de execução das medidas, deixando de dar apenas importância aos problemas depois destes acontecerem ou serem descobertos pelo Comissariado de Auditoria. Todos os serviços públicos devem verificar se existem problemas destes no seu seio e nas suas políticas, e corrigir o que está mal e elogiar o que corre bem. As instruções e os métodos de trabalho podem ser aperfeiçoados através da fiscalização e os

superiores devem assumir as suas responsabilidades, para evitar que tudo não passe do discurso e as instruções não funcionem. As funções de supervisão que cabem aos superiores devem ser definidas num regime, e quanto às responsabilidades pelo incumprimento das instruções de trabalho, devem ser assumidas por quem não as executou e pelos seus superiores, com vista à concretização do princípio da responsabilidade.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 25.11.2015

O regime de mobilidade dos funcionários públicos é uma boa via para permitir aos serviços públicos usarem os recursos humanos de forma flexível e reforçar o fluxo dos talentos. Através da mobilidade horizontal, é promovido o uso racional dos recursos humanos internos do Governo e o seu desenvolvimento integral, bem como a elevação da eficiência da equipa de funcionários e a eficácia da administração, favorecendo, assim, a construção de um Governo íntegro, de alta eficiência e de elevada capacidade.

O artigo 31.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (ETAPM) define que são instrumentos de mobilidade: a transferência, o destacamento e a requisição. Os trabalhadores em regime de contrato além do quadro não são os funcionários públicos a que se refere o ETAPM, por outras palavras, de um ponto de vista jurídico, não há barreiras e problemas para a mobilidade dos funcionários públicos do quadro. Porém, como há falta de uma entidade de gestão para uniformizar os recursos humanos no Governo, não é frequente a mobilidade dos trabalhadores entre diferentes tutelas, a que se acresce o facto de a proporção da mobilidade real ser relativamente baixa entre diferentes serviços, por exemplo, de 2005 a 2014, a média anual de mobilidade foi de 474 pessoas, e é por isso que facilmente cada serviço público está voltado para si próprio, havendo falta de comunicação em relação à mobilidade horizontal. Mais, há que reiterar, a economia de Macau é pequena e há falta de diversificação ao nível da estrutura económica, e a ideia tradicional de “emprego para toda a vida” faz aumentar, anualmente, o número de funcionários públicos, o que agrava os encargos financeiros, e, com o aumento gradual da estrutura administrativa, existe o fenómeno da sobreposição de funções de diferentes serviços públicos, o que causa baixa eficiência administrativa e agrava a burocracia, surgindo, assim, as contradições estruturais de “haver coisas sem ninguém para as fazer e haver pessoas sem nada para fazer”.

Nestes últimos anos, o Governo referiu que, para incentivar a mobilidade adequada dos trabalhadores da Função Pública, era preciso iniciar estudos sobre a criação de um mecanismo de coordenação central de mobilidade dos trabalhadores. O desenvolvimento da carreira profissional dos funcionários públicos não se deve basear apenas na progressão, mas sim na mobilidade horizontal, ou seja, a mobilidade interserviços, pois é um mecanismo indispensável para criar uma equipa de funcionários públicos com qualidade e assegurar a eficácia da operação do respectivo regime.

Ter por base a população é o lema de governação da RAEM e a reforma do regime da Função Pública tem como objectivo desenvolver plenamente as potencialidades dos trabalhadores. Assim, o Governo deve reforçar a formação da equipa de funcionários públicos e otimizar a gestão da sua carreira profissional. A nossa sociedade e economia entraram numa nova fase de desenvolvimento, e as

exigências em relação à governação aumentaram, portanto, o Governo deve estudar a criação de mecanismos sistemáticos e regulares de mobilidade dos trabalhadores, e a formação de uma equipa de funcionários públicos com qualidade, aumentar a sua vitalidade, evitar a contratação de familiares e eliminar a burocracia, a situação de cada serviço actuar à sua maneira e o mecanismo de competitividade. Há que desenvolver a carreira profissional dos funcionários públicos, otimizar os recursos humanos e promover a sua utilização racional, equilibrar a distribuição do pessoal dos diversos departamentos, elevar a eficácia administrativa e promover a implementação de um governo responsável e de prestação de serviços.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 25.11.2015

Acelerar o lançamento do concurso público para a construção do Parque de materiais e oficina do Metro Ligeiro

Revelou o Chefe do Executivo na apresentação das LAG para 2016 que o Governo vai rescindir, mediante acordo com o empreiteiro, o contrato relativo às obras de construção do parque de materiais e oficina do Metro Ligeiro na Taipa e, segundo o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, na melhor das hipóteses, o respectivo concurso apenas poderá ser novamente lançado no 2.º ou 3.º trimestre do próximo ano. Se assim for, a entrada em operação registará, um atraso de 3 a 4 anos, pois, segundo os *media*, provavelmente apenas terá lugar em 2020, ou seja, sem contar com a linha de Macau, isto só vai acontecer 20 anos depois do lançamento do projecto em 2001. Parte do traçado foi definida após consulta e estudo, em 2009, e as obras da linha da Taipa tiveram início em 21 de Fevereiro de 2012. Assim, apelo ao Governo para colocar mãos à obra, queimando etapas no processo de acordo, a fim de o contrato ser rescindido e serem lançados o concurso e as obras, o mais breve possível, porque a espera já é longa.

As obras de construção desse parque, adjudicadas em 26 de Janeiro de 2012, com um prazo de execução de 1015 dias, segundo o projecto inicial, deviam ter sido concluídas no corrente ano, em conjunto com as obras de construção das 11 estações, para então se poder testar as carruagens e dar início à operação no próximo ano. Contudo, desde a adjudicação, devido a deficiências congénitas, o Governo e o empreiteiro têm estado envolvidos, há mais de 3 anos, numa guerra de litígios judiciais e negociações. Mesmo que as obras de construção dos viadutos suspensos com 8,39 km e das 11 estações estejam concluídas, sem o parque, o metro não circula.

O compromisso sobre a data da entrada em circulação do metro deixa assim de poder ser honrado, mas dele podemos retirar, seriamente, experiências e lições. Primeiro, as obras de execução das fundações e da superestrutura foram adjudicadas em separado, correndo assim rumores de que tinha havido deslocamento de estacas e que o empreiteiro das obras de superestrutura ia sofrer prejuízos na sua execução no valor de 555 milhões de patacas. Seja como for, se o empreiteiro tiver a coragem de recorrer aos tribunais, a fim de resolver o litígio e ter trunfos para negociar com o Governo, então parece-me que este está em posição desfavorecida, pois como é que vistoriou e recebeu as obras das fundações em 2012? Se houve defeitos nessas obras, tem, ou não, o empreiteiro de assumir as responsabilidades? O que levou o empreiteiro de execução da superestrutura a ter a coragem de denunciar unilateralmente o contrato nunca foi divulgado nestes últimos três anos.

Recentemente, o Secretário Raimundo do Rosário respondeu da seguinte forma: “as partes ainda não finalizaram os pormenores da rescisão do contrato”.

Os empreiteiros apenas querem lucros, por isso vai ser necessário utilizar erário público para a rescisão do contrato. No passado, os dirigentes tentavam sempre resolver as questões “tapando o fogo com papel”, mas eu acredito que a sociedade vai apoiar o Governo, desde que este seja claro, transparente, justo e resolva as questões ao abrigo da lei. Assim, espero que o Sr. Secretário seja franco durante o debate das LAG.

Nas LAG para 2016, o melhoramento da área dos transportes é referido da seguinte forma: *“No próximo ano, serão concluídas as obras de construção da estrutura das 11 estações do Metro Ligeiro na Taipa...; já estão em curso estudos sobre a viabilidade da Linha de Seac Pai Van...; o Governo já deu início à preparação da extensão do serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra...; No que respeita à Linha da Península de Macau, o segmento sul será alterado, prevendo-se a sua conclusão no próximo ano. Serão iniciados estudos técnicos relativos ao Traçado Marginal do Segmento Norte...”*. Atrasos na linha da Taipa; gastaram-se dez milhões e oitocentas e cinquenta mil patacas em 2013 para o estudo da viabilidade da Linha de Seac Pai Van; a extensão do serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra já foi referida há anos; o concurso para o segmento sul da Linha da Península de Macau já devia ter sido aberto neste ano; e foi prometido que o segmento norte da Linha da Península de Macau ia ser definido em Junho passado. Isto são só retrocessos e as pessoas de Macau estão muito desanimadas, porque só se vêem estudos e mais estudos, alterações e atrasos!

O Governo da RAEM sempre salientou que o ponto mais importante das LAG é a melhoria dos transportes, pois o desenvolvimento sustentável está dependente disso. Se não houver determinação, será difícil melhorar o sistema de transportes de Macau, controlando apenas o número de viaturas através do aumento dos impostos e diminuindo o tempo de isenção das inspecções obrigatórias.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 25.11.2015

Conforme os resultados das Projeções da População de Macau 2011-2036, divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), até 2036 Macau vai ser uma sociedade hiperenvelhecida. Prevê-se que o peso da população idosa (com 65 anos ou mais) não pare de subir, de 7,3 por cento em 2011 para 20,7 por cento em 2036. Mas as políticas actualmente adoptadas, no âmbito da garantia da vida pós-aposentação e serviços de saúde para idosos, não servem para dar resposta às necessidades reais. Macau vai transformar-se numa sociedade hiperenvelhecida, por isso, o Governo deve dar atenção, quanto antes, às eventuais questões ligadas aos serviços para idosos e proceder aos devidos estudos para adopção de políticas, devendo ainda implementar, o mais cedo possível, medidas para resolver, efectivamente, os problemas existentes, para dar resposta aos desafios e impactos decorrentes do envelhecimento populacional, a fim de garantir que a população idosa tenha uma vida condigna na aposentação.

O estabelecimento da especialidade de geriatria, com consulta exclusiva para idosos, e do Posto de Saúde para os Idosos da Taipa, visa facilitar aos idosos o acesso aos serviços de saúde, mas não consegue ainda satisfazer as necessidades da população. No Relatório das LAG para este ano, refere-se que a zona de cuidados gerais, situada nas Ilhas, vai ser transformada, gradualmente, numa zona de internamento para idosos, com vista a melhorar os respectivos serviços de saúde, no âmbito de diagnóstico e tratamento. Mas é de crer que tal medida não serve para dar resposta às exigências da população numa sociedade de envelhecimento populacional. O Governo deve, tendo em conta a futura tendência do desenvolvimento social, fazer bem os trabalhos de triagem, ao nível de consulta para idosos, definindo planos de formação de médio e longo prazo para o pessoal médico e de enfermagem, a fim de resolver a questão da saúde para idosos, no futuro.

Além disso, o Governo defende a prestação domiciliária de cuidados aos idosos. Nas LAG, as autoridades referem que, para garantir o desenvolvimento sustentável dos cuidados prestados por longo período, vão organizar formação específica para os gestores e técnicos da área de prestação domiciliária de cuidados, dos centros de dia e lares de idosos, a fim de melhorar a qualidade do serviço e o desempenho. No entanto, os organismos comunitários que prestam cuidados de reabilitação e outros tipos de serviços, no domicílio e nos centros de dia e hospitais, têm falta de recursos humanos, instalações e equipamentos. Portanto, para fazer face às mudanças demográficas, o Governo deve definir, quanto antes, um plano de médio e longo prazo para a formação de profissionais de enfermagem, por forma a melhorar os serviços e as instalações dos cuidados comunitários aos idosos, respondendo assim ao aumento da procura neste âmbito. Ao mesmo tempo, deve reforçar os cuidados geriátricos e outros serviços complementares, por exemplo, entrega de refeições ao domicílio e descanso por turno dos profissionais, integrando os cuidados de saúde e os cuidados comunitários. Desta forma, vai ser garantido o acesso de todos os idosos a cuidados de qualidade.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 25.11.2015

Há que definir, de forma científica, o Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM

O Governo divulgou, há dias, as Bases Gerais do Plano de Desenvolvimento Quinquenal, o que entusiasma a sociedade, porque as ideias governativas e prospectivas do Governo podem ser, finalmente, concretizadas. Nas referidas Bases Gerais, foram apresentados 7 objectivos principais e 22 subobjectivos, com a criação de um sistema aperfeiçoado de indicadores de avaliação e a organização dos projectos prioritários para o futuro, com a expectativa de, até 2035, construir uma cidade vocacionada para o turismo, voltada para o lazer, direccionada para se tornar num centro de qualidade mundial, com condições ideais de vida, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento, de turismo e de recreação, a nível internacional. As Bases Gerais, enquanto plano director do desenvolvimento socioeconómico e das acções da RAEM para os próximos 5 anos, representam um progresso quanto à tomada de decisões com base em critérios científicos, de quantificação dos objectivos e de avaliação assente em indicadores definidos. Para aperfeiçoar as Bases Gerais, apresento as seguintes sugestões:

1. Criar, quanto antes, uma base de especialistas e reforçar a realização de estudos temáticos. O Plano de Desenvolvimento é global e visa coordenar, do nível superior ao inferior e integralmente, os assuntos mais relevantes ligados ao desenvolvimento socioeconómico, exigindo, pois, que os académicos e especialistas dominem os assuntos internacionais, do País e ainda locais, para se fazer um planeamento. Assim, os especialistas devem ser consultados, para reunir a sabedoria profissional, pois não se trata de uma consulta geral de políticas.

Quanto aos trabalhos de elaboração do 13.º Plano Quinquenal do Estado, por exemplo, apesar de os mesmos terem sido levados a cabo pelo Departamento de Desenvolvimento e Planeamento da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma foi criado ainda, durante o processo da elaboração, o Conselho de Especialistas para o 13.º Plano Quinquenal do Estado e foram realizados trabalhos de estudos preliminares relativos às matérias mais relevantes, por forma a adiantar significativamente os trabalhos preparatórios da acção governativa.

Em relação à Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, recentemente criada e composta principalmente por governantes, o Governo deve convidar especialistas internacionais, locais e do Interior da China para a integrar, no sentido de criar uma base de especialistas, em prol da efectuação de estudos profundos sobre o desenvolvimento económico, construção social, reforma do sistema legal, etc. Tudo isto contribuirá para melhorar os trabalhos preparatórios das acções governativas, para que não se registem tantos estudos preliminares nas futuras acções governativas, mas, sim, políticas maduras.

2. Quantificar os objectivos de planeamento e definir claramente os rumos de prosseguimento. Nos planos de base apresentados, o Governo limitou-se à indicação dos objectivos gerais, sem os quantificar claramente. Este deve proceder, quanto antes, à sua clarificação através do apoio de especialistas, incluindo pareceres e avaliação. A meu ver, os objectivos devem ser definidos de forma concreta, clara e racional, e ser mensuráveis e concretizáveis. Deve deixar-se de recorrer à redacção abstracta e ambígua, focando a parte “concretizável” e aplicando o termo “construído”, ao invés de “a construir”. É ainda necessário definir claramente os sujeitos e rumos para prosseguimento de objectivos. A sua eventual concretização deve fazer parte das atribuições e da avaliação do desempenho dos diversos serviços.

3. Reforçar a comunicação e colaboração com o referido Departamento. O desenvolvimento e planeamento do Estado está estreitamente relacionado com o da RAEM. O referido Departamento é responsável pela decisão e estudo sobre o desenvolvimento do Estado, e o Governo da RAEM deve reforçar a comunicação e a colaboração com o mesmo. O conselho de especialistas deste Departamento, composto por académicos de elite de diversas vertentes, do Interior da China, forma uma base de sabedores excelentes, e Macau deve pedir-lhe apoio. Por um lado, deve recorrer-se à partilha de recursos ao nível de especialistas em prol do desenvolvimento e planeamento de Macau. Por outro, é necessário estabelecer mecanismos de colaboração, para os académicos de elite deste Departamento assumirem o papel de formadores nas acções de formação de Macau, contribuindo para a criação de uma equipa e de uma base de sabedores, no âmbito do desenvolvimento e planeamento.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 25.11.2015

Sr. Presidente,
Caros Colegas:

Atendendo às rápidas mudanças socioeconómicas registadas nos últimos anos, os resíduos domésticos e comerciais da cidade têm aumentado. Como os recursos de solos são precisos e raros, a fim de tratar bem dos resíduos sólidos, que são cada vez mais, há que lançar políticas e medidas aperfeiçoadas no âmbito da protecção ambiental.

Segundo a DSPA, em 2014, a Central de Incineração recebeu uma média de 1240 toneladas de resíduos sólidos por dia, e 452,6 mil toneladas durante o ano. No ano passado, a produção de resíduos domésticos per capita atingiu 1,97 quilos por dia, uma distância significativa para os 1,36 quilos registados em Hong Kong, para além disso, superou, pelo menos em mais uma vez, os valores de Pequim, Xangai e Cantão. Isto é grave. Segundo o sector, é possível recolher no máximo 500 toneladas de resíduos por dia, e a sua reutilização passa por um processo de selecção, separação, limpeza, armazenamento, reexportação e reciclagem. Se ninguém recolher os resíduos, estes recursos acabam nos aterros ou na central de incineração, provocando uma poluição secundária do ambiente. A recolha é feita na linha frente e o material reciclável é encaminhado para as empresas respectivas com vista à sua selecção e separação, e só depois chega às grandes operadoras para reciclagem. As pequenas empresas deparam-se com vários problemas, rendas elevadas, envelhecimento das máquinas, e multas por obstrução das ruas, enquanto as grandes operadoras da reciclagem se debatem com falta de terrenos para o armazenamento e embalagem dos resíduos e com dificuldades em recuperar dos custos decorrentes do agravamento da conjuntura externa e da queda do preço dos materiais ecológicos, portanto, a sobrevivência do sector é cada vez mais difícil.

Segundo o Relatório das LAG para 2016, a protecção ambiental tem sido uma das principais prioridades governativas. Portanto, o Governo vai implementar, gradualmente, o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, aplicando o princípio do “poluidor-pagador”, e vai estudar a viabilidade de adoptar medidas de apoio para o sector da reciclagem. Concordo plenamente com isto. Para posicionar Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer há que definir políticas de protecção ambiental e estratégias a longo prazo para o tratamento dos materiais recicláveis, nomeadamente:

1. Apoiar o sector da reciclagem e definir, quanto antes, as respectivas medidas de apoio, elevar a qualidade do sector, incentivar o intercâmbio com as regiões mais desenvolvidas, e aperfeiçoar as técnicas de tratamento dos materiais recicláveis, a fim de maximizar os efeitos económicos;

2. Enviar os materiais inertes e os veículos abatidos para zonas indicadas na Província de Guangdong, com vista ao seu tratamento através de métodos não nocivos, e definir a respectiva calendarização, a fim de reduzir a pressão do tratamento destes em Macau; e

3. Definir medidas concretas de “redução dos resíduos a partir da fonte”, criar um sistema de tratamento selectivo de resíduos, promover a sua recolha selectiva, e recorrer à revisão das leis, às acções de sensibilização e ao aumento da consciência cívica, para que a população assuma a sua responsabilidade social de proteger o ambiente.

Obrigado, Sr. Presidente.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 25.11.2015

Os residentes não solicitaram habitações públicas ao Governo, esperam sim que este defina as políticas respectivas e resolva as infiltrações de água!

O nosso Gabinete de deputado recebeu várias queixas sobre infiltrações de água. Depois das averiguações efectuadas por profissionais a uma das fracções, verificou-se que o problema estava na fracção do andar superior; os serviços competentes enviaram uma carta ao proprietário, mas este não efectuou as obras necessárias para resolver o problema. O caso foi levado a tribunal, e só se conseguiu justiça ao fim de 6 ou 7 anos. Um outro caso teve a ver com infiltrações de água na fachada de um edifício. Durante as averiguações detectou-se que a infiltração não era na fachada do andar logo a seguir ao da fracção em causa mas sim na fracção 2 andares acima.

Recentemente, registou-se uma infiltração de água dos esgotos na porta e dentro de uma loja do Edifício Peónia, pondo em causa a saúde e o ambiente. Após reclamação dos residentes e com o apoio do nosso gabinete de deputado, o IACM foi rápido a destacar pessoal para o local, rapidez que foi aplaudida por residentes e lojistas.

Neste último caso, mesmo com o apoio da empresa de gestão de condomínios e da associação dos condóminos, os proprietários do edifício ainda não conseguiram chegar a um consenso, e o caso continua por resolver. Se essas infiltrações acontecessem nas vossas casas, conseguiriam aguentar? Actualmente, os residentes só podem recorrer a leis obsoletas e ao tribunal, mas isso demora muitos anos, o que significa que as leis actuais não conseguem resolver atempadamente estes problemas. Há dias, durante o debate das LAG, o Governo respondeu às perguntas relacionadas com as infiltrações de água da seguinte forma: “o Governo vai estudar e implementar um procedimento especial e resolver os casos de infiltração de água através de um processo cível. Este procedimento vai, através de uma ordem emitida pelo juiz, obedecendo a certos critérios e respeitando a privacidade das pessoas, reparar as fracções em causa. Este estudo vai ao mesmo tempo analisar a reforma do Código de Processo Civil. Em princípio esta questão vai ser resolvida”. Alguns residentes pediram-me para colocar a seguinte questão ao Governo: quanto tempo é que vamos ter de esperar pela nova lei? Quantos meses?

Para além das referidas sugestões, o Governo, que funciona segundo a predominância do poder executivo, não tem mesmo medidas para resolver as graves infiltrações de água? Segundo especialistas e académicos, só se o Governo coordenar bem os serviços e considerar as necessidades dos cidadãos é que os problemas que os incomodam podem ser resolvidos. Por exemplo, a alteração do “Regulamento Geral da Construção Urbana”, para regular claramente a inspecção que os proprietários são responsáveis pela inspecção das suas fracções de 5 em 5 anos. Contudo, devido à desactualização das leis, esta regra não é obrigatória, nem sequer há sanções. Alguns residentes pediram-me para

apresentar algumas sugestões ao Governo: este deve tomar como referência o método e o regime da inspecção de veículos, que é feita ao fim de 10 anos, e no caso das fracções, se os proprietários não obedecerem, ficam sujeitos a uma punição: à interdição da fracção. Deve haver uma lista dos edifícios que já têm alguns anos, e que devem sujeitar-se a inspecção obrigatória, quanto aos edifícios que forem aprovados, deve ser emitido um certificado, e quanto aos que não forem, têm de proceder às reparações e manutenção necessárias num prazo definido, senão haverá lugar a uma multa. E quanto aos que depois da reparação não conseguirem ser aprovados, a multa será agravada, e se continuarem a não conseguir aprovação, as multas continuam até à aprovação. Para resolver o problema das infiltrações, há que agir com pragmatismo ao nível jurídico e que ir ao encontro da fonte do problema.

Pergunto então, sobretudo aos dirigentes, especialistas, académicos e juristas, o seguinte: há uma infiltração no andar de cima que afecta o vizinho de baixo, mas o seu proprietário não deixa resolver o problema, e para além disso, a administração do condomínio também não chega a um consenso sobre a reparação das paredes e dos esgotos, e claro, os residentes é que são gravemente afectados. Se o Governo não definir um regime para a inspecção obrigatória dos edifícios nem consagrar as respectivas sanções, como é que se pode resolver o problema das infiltrações de água?

IAOD da Deputada Chan Hong em 25.11.2015

Aperfeiçoamento dos diplomas relativos ao “pessoal docente das escolas públicas” e garantia dos seus direitos e interesses

Em Outubro do ano passado, apresentei uma interpelação escrita relativa aos trabalhos legislativos sobre os regulamentos estipulados no “Regime das carreiras dos docentes e auxiliares de ensino das escolas oficiais do ensino não superior” (Lei n.º 12/2010), referentes à avaliação do desempenho e desenvolvimento profissional dos docentes, e ainda sobre a alteração do Estatuto do Pessoal Docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (Decreto-Lei n.º 67/99/M) e dos tempos lectivos semanais dos docentes das escolas públicas. Segundo a resposta da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), a respectiva proposta de lei já se encontrava em processo legislativo e, quanto ao diploma próprio da avaliação do desempenho dos docentes e actividades do desenvolvimento profissional, este deve ser baseado no referido Estatuto, por isso, depois da publicação da revisão do mesmo, os diplomas legais que o complementam seriam definidos o mais rápido possível.

Mas, até à data, isto não foi concretizado. O Estatuto do Pessoal Docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) devia ter sido entregue à Assembleia Legislativa na segunda metade de 2012, só que isto ainda não foi feito. Sem uma revisão do mesmo, os diplomas complementares não podem ser definidos, o que afecta a eficiência dos respectivos trabalhos, a qualidade do ensino e o desenvolvimento das escolas públicas. Perante as necessidades prementes dos docentes do ensino público, as autoridades não devem continuar a atrasar o processo. Neste momento, os docentes das escolas públicas têm mais tempos lectivos semanais do que os das privadas, e também têm de abranger a educação especial e a educação integrada, por isso, se a carga lectiva semanal não for reduzida, dificilmente têm mais tempo e força para formar e educar adequadamente os alunos.

Espero que as autoridades possam concluir, quanto antes, a revisão do projecto do Decreto-Lei n.º 67/99/M - Estatuto do Pessoal Docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e proceder a consultas, atempadas, junto do sector da educação, nomeadamente, dos docentes do ensino público da linha de frente, dando importância às suas opiniões e sugestões.

Segundo a referida resposta do ano passado, os trabalhos de estudo preliminar do diploma próprio de avaliação do desempenho dos docentes e actividades do desenvolvimento profissional foram efectuados. Porém, passado um ano, não se verifica qualquer avanço. Espero que as autoridades possam definir conteúdos e medidas mais concretas para os critérios, procedimentos e formas de avaliação, e para a criação das respectivas comissões, para divulgar, quanto antes, estas matérias aos docentes do ensino público, e consultar as suas opiniões.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 25.11.2015
Sugestões sobre a construção de um centro e uma plataforma

Sr. Presidente,
Caros colegas:

Com vista à construção de Macau como “centro mundial de turismo e lazer” e “plataforma para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, o Governo tem trabalhado muito, nomeadamente desde o final do ano passado. Organizou a 4.^a Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criou vários Centros, o de Serviços Comerciais para as PME da China e dos Países de Língua Portuguesa, o de Distribuição de Produtos Alimentares e o de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os referidos países e, ao longo de vários meses, organizou e informatizou dados sobre os recursos, governos, estabelecimentos de ensino, empresas e associações destes países. Em Abril passado entrou em funcionamento o portal para a Cooperação nas áreas Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e existem já bases de dados suficientes sobre produtos alimentares, serviços especializados bilíngues e recursos humanos. No entanto, queria ainda apresentar duas sugestões no âmbito da divulgação, promoção e articulação destas bases de dados:

Primeiro, o Governo deve promover mais medidas para a cooperação comercial, com base nas informações disponibilizadas na internet. Estou especialmente atento à base de dados dos produtos alimentares dos países lusófonos, que constitui já uma via para os pequenos comerciantes e para os comerciantes da venda por grosso, contudo os serviços competentes não deverão reforçar o apoio ao nível da logística e dos procedimentos de importação e exportação? Com vista a evitar obstáculos às trocas comerciais, sugiro aos serviços competentes a disponibilização de mais informações sobre a importação e exportação (ao nível jurídico e dos métodos e procedimentos). Devem ainda contabilizar quantos comerciantes recorreram e quantos produtos são transaccionados anualmente através desta via.

Segundo, existe uma base de dados de bilingues e de talentos com mais de 200 pessoas, 90% são talentos da área da tradução, e os restantes 10% são juristas bilingues, economistas, profissionais das convenções e exposições, da logística e ainda guias turísticos bilingues. Sugiro ao Governo a promoção activa de serviços bilingues e o registo de talentos, e ainda o aumento da cooperação com as instituições de ensino superior e associações profissionais, com vista a promover mais cursos profissionais bilingues. Com o intuito de transformar Macau numa plataforma comercial entre a China e os países lusófonos, é estritamente necessário que o Governo aumente a formação e a acreditação, e que os talentos bilingues consigam emprego na sua área, com vista a atingir as estratégias traçadas para Macau nos 12.^o e 13.^o Plano Quinquenal do País.

Obrigado.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 25.11.2015

Os trabalhadores não residentes (TNR) estão espalhados por todos os sectores. Actualmente, não é permitido importar TNR para funções de *croupier*, supervisor-chefe e motorista. Durante uma reunião recente do Conselho Consultivo do Trânsito, uma concessionária de autocarros voltou a pedir a importação de motoristas. Os motoristas locais estão preocupados, porque, se o pedido for autorizado, e não houver rigor na fiscalização do Governo quanto à gestão dos TNR, os residentes vão acabar por perder as últimas oportunidades de emprego, sobretudo os de meia-idade que não têm habilitações académicas elevadas.

Os residentes estão muito insatisfeitos com os serviços de autocarros, sobretudo durante as horas de ponta, pois é difícil apanhar autocarro e, quando se consegue, estes circulam muito devagar devido aos engarrafamentos. Assim, não é possível convencer as pessoas a deixarem de conduzir. Segundo opiniões do referido Conselho, a capacidade das estradas está quase no limite, por isso, a velocidade dos autocarros, durante as horas de ponta, anda à volta de dez quilómetros por hora e, mesmo aumentando a sua frequência, será difícil alcançar os resultados desejados. O mero aumento dos recursos humanos, sem resolver o problema a partir da fonte, não contribui para resolver a redução da velocidade de circulação dos autocarros, a má qualidade dos serviços e os longos intervalos de frequência dos autocarros, entre outros problemas. O pior é que os motoristas são muitas vezes alvo da indignação dos passageiros, o que os pressiona psicologicamente, e, se juntarmos a isto a complexidade das vias e o aumento do tempo de circulação, o desgaste físico é cada vez maior. São estas as principais razões que levam os motoristas a abandonar a profissão, sem atrair sangue novo.

O constante aumento dos turistas e da população, e os atrasos nas obras do Metro Ligeiro, sem prazo de conclusão, agravam as necessidades quanto aos serviços de transportes públicos. A implementação da política de primazia dos transportes públicos e a criação de vias exclusivas para autocarros, permitindo a sua circulação rápida nas horas de ponta e o aumento da sua frequência, podem incentivar o uso dos transportes públicos, reduzir a utilização de veículos privados, aliviar a pressão do trânsito, facilitar a circulação dos autocarros e atenuar a pressão dos condutores. Mas as autoridades não conseguiram implementar, eficazmente, a política e os trabalhos sobre esta matéria. A implementação de uma via exclusiva entre a Barra e a Doca do

Lam Mau, agendada para Agosto deste ano, foi adiada para o próximo ano. São lentos os trabalhos de reorganização de carreiras, de optimização do ambiente de espera e de construção de instalações para formação de filas, e tudo isto só foi apresentado, mas não realizado, deixando a população desiludida e demonstrando que as autoridades não têm força para solucionar os problemas do trânsito.

Com os problemas por resolver, contratar mais pessoal não vai contribuir para aumentar a frequência dos autocarros nem melhorar a qualidade dos serviços. Se for permitida a contratação de não-residentes para as funções de motorista, isto vai afectar significativamente as oportunidades de emprego e de mudança de emprego dos trabalhadores locais, contribuindo para menos escolhas e um menor desenvolvimento na carreira.

A economia de Macau está a abrandar, mas há muitas vozes que pedem a importação de motoristas, o que preocupa os trabalhadores locais! Exorto as autoridades a manterem a política de não importação de motoristas, para os condutores locais ficarem descansados e se concentrarem no trabalho, com vista à coadunação com a reforma e optimização do sector, e ainda a empenharem-se em aperfeiçoar a situação rodoviária e as condições laborais, de modo a conseguir um desenvolvimento saudável e proporcionar serviços de autocarros de qualidade.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 25.11.2015

Até Setembro, existiam mais de 246 mil veículos motorizados em Macau, mas o aumento das vias está muito aquém do aumento dos veículos. A fim de reforçar o controlo de veículos, as autoridades iniciaram os trabalhos relativos ao plano de inspecção dos veículos com 8 anos, cuja implementação acontecerá em 2017, segundo as previsões.

Contudo, qual é o objectivo da redução do prazo de inspecção dos veículos, controlar o aumento de veículos ou manter a qualidade do ar? As autoridades ainda não esclareceram isto!

Segundo as normas de emissão dos veículos a diesel e de inspecção dos gases de escape dos veículos a gasolina, os gases emitidos pelos veículos ligeiros em uso há mais de 10 anos não ultrapassam, em geral, os padrões definidos. E no caso dos veículos para fins comerciais e sujeitos à inspecção anual, os gases emitidos também não vão ultrapassar os padrões definidos... basta que seja efectuada uma pequena manutenção antes da inspecção. E para incentivar os cidadãos a usarem veículos ecológicos, as autoridades começaram em 2012 com o desconto de 50% no imposto sobre veículos até ao máximo de 60 000. No entanto, ainda são vários os veículos beneficiados que não conseguem sequer atingir as Normas Euro V. Chegou até a ser ponderada a inclusão, no plano de apoio financeiro para abate dos veículos a diesel, a substituição por novos veículos cuja conformidade com as normas de emissão era ainda menor. Sinceramente, estas medidas contrariam as políticas de controlo de veículos e de protecção ambiental. Então, para concretizar os objectivos governativos de controlar os veículos e proteger o ambiente, há que cancelar a bonificação relativa ao imposto sobre veículos ecológicos e apertar os padrões para os veículos importados.

Se os transportes públicos continuarem não acessíveis e a “luta” entre peões e veículos nas estradas e os perigos ao atravessar as ruas não forem resolvidos, é impossível reduzir a utilização de meios de transporte particulares.

Neste momento, o Governo deve encarar a realidade e pensar que, mesmo sem metro ligeiro, tem de definir as políticas de trânsito para os próximos dez anos e promover melhores serviços de transporte público, a fim de reduzir o uso de veículos particulares e de otimizar o trânsito em geral.

Com vista à implementação eficaz das medidas de controlo de veículos, há que mudar o pensamento de “ter por base os veículos”, acelerar a optimização do ambiente pedonal e aumentar as instalações pedonais nas diversas zonas, a fim de incentivar as deslocações a pé; há que melhorar as paragens de autocarro de forma a facilitar a formação de filas, reformular as carreiras de autocarros e implementar corredores exclusivos para transportes públicos. Para que os pais reduzam o uso dos seus veículos para transportar os seus filhos, há que estudar a

viabilidade da criação de transportes escolares, para transportar os alunos que vivem numa mesma zona. O Governo deve liderar a implementação de horários flexíveis e incentivar as empresas privadas a fazerem o mesmo, a fim de atenuar a pressão do trânsito nas horas de ponta. Só é possível resolver os actuais problemas do trânsito com a concretização das políticas do controlo de veículos e da primazia dos transportes públicos, optimização do ambiente pedonal e incentivo aos passeios ecológicos.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 25.11.2015

Em meados deste ano, uma instituição realizou uma pesquisa sobre a interligação entre o planeamento da carreira profissional dos jovens de Macau e a situação de compra de habitação. Segundo os resultados da referida pesquisa, apenas 9,2% dos inquiridos trabalham numa área directamente ligada aos cursos frequentados, e muitos inquiridos consideram que ter uma casa própria é um passo importantíssimo para o planeamento da sua vida. Portanto, a fim de adquirir uma casa, muitos jovens optaram por uma profissão melhor remunerada, desistindo, assim, do seu sonho ou da oportunidade de desenvolver as suas competências.

Depois de concluírem os seus estudos, os jovens deviam aproveitar a fase etária de maior energia, e mais dourada, e consolidar bem a base da sua carreira profissional. No entanto, “adquirir uma casa” e “casar e constituir lar” são ideias enraizadas na mente dos chineses, por isso, ao iniciar a própria carreira profissional, alguns jovens, influenciados pela família ou por pessoas mais velhas, dedicaram os seus esforços e recursos na procura de uma habitação. Houve também jovens que, para ter uma habitação própria o mais rápido possível, até puseram de lado a sua especialidade e abandonaram as suas ambições, investindo todo o seu dinheiro na habitação. Se se mantiver esta tendência, será difícil a reserva de talentos de Macau contribuir para proporcionar benefícios a longo prazo e haverá também impactos no desenvolvimento socioeconómico sustentável.

A origem dos referidos problemas relaciona-se com a educação na adolescência. Os jovens pensam pouco no seu futuro por falta de conhecimentos sobre o planeamento da carreira. Assim, sugiro às autoridades que a elaboração de políticas de formação de quadros qualificados incida em primeiro lugar na educação dos jovens, por exemplo, proporcionar aos estudantes do ensino primário e secundário um curso de educação cívica, cujos programas devem abranger a estratégia nacional de “Uma Faixa, Uma Rota” e a estratégia de desenvolvimento de “Um centro, uma plataforma”, para o futuro de Macau, a fim de os jovens poderem conhecer bem o rumo de desenvolvimento e agarrar as oportunidades que vão surgir no futuro e, por conseguinte, revelar a sua capacidade. Quanto ao planeamento da carreira, muitas associações de Macau têm também rica experiência na realização de palestras, por isso, as escolas podem organizar, em conjunto com elas, os respectivos cursos ou *workshops*, para conduzir os jovens ao autoconhecimento e encorajá-los a perseguir o seu sonho.

Entendo a necessidade dos jovens de aquisição de habitação, mas, em breve, o Governo vai reservar, na zona A dos novos aterros, terrenos suficientes para a construção de habitação pública, por isso, os jovens podem dedicar-se ao desenvolvimento da sua carreira dentro deste prazo de espera, e aproveitar as novas oportunidades de desenvolvimento para ganhar o primeiro “pote de ouro”, e não devem considerar que a compra de uma habitação é o seu objectivo final na

vida. Espero que os jovens revelem todas as suas capacidades, pois só assim é possível haver sucesso em diferentes sectores e o nascimento constante de quadros qualificados.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 25.11.2015

Conforme o acordo alcançado entre os 12 países do Tratado Parceria Trans-Pacífico no dia 5 de Outubro, no quadro do actual sistema comercial, será formada uma zona de comércio livre para benefício mútuo entre os países signatários, que representam 40% da economia mundial. Apesar de ser a 2.^a maior economia, o Interior da China não está abrangido pelo tratado, por não reunir determinadas exigências. No entanto, a RAEM não deve negligenciar as oportunidades para participar no comércio livre mundial, nem subestimar as suas vantagens, deve sim contribuir para o envolvimento da China no desenvolvimento mundial.

O acordo prevê requisitos de ingresso exigentes, tais como o levantamento de barreiras aduaneiras e não aduaneiras ao comércio livre e ao investimento, e a melhoria dos direitos e condições dos trabalhadores, o que não foi vantajoso para o Interior da China, a 2.^a economia do mundo. Porém, dado que em Macau se aplica desde sempre o comércio livre, a RAEM tem condições para ultrapassar esta fasquia.

Mais concretamente, a RAEM deve analisar, de forma aprofundada, os requisitos de adesão ao tratado, nomeadamente o levantamento de barreiras aduaneiras e não aduaneiras ao comércio livre e ao investimento, e a melhoria dos direitos e condições dos trabalhadores, por forma a verificar se reúne aquelas condições ou, caso contrário, o que deve fazer para melhorar.

O Governo deve estudar a viabilidade de aderir ao tratado e encetar contactos com o Governo Central no âmbito das relações diplomáticas.

IAOD do Deputado Au Kam San em 25.11.2015

O progresso democrático não prejudica a estabilidade social

Ninguém é contra a democracia, mas atendendo aos diversos entendimentos, sobretudo às diferentes opções e interesses de indivíduos e grupos, são várias as interpretações sobre a democracia e a forma da sua concretização.

Apesar disso, o essencial é que se trata de um regime político em que os poderes dos governantes são delegados pelo povo, e as suas acções governativas correspondem aos desejos do povo e dão resposta às suas reivindicações. O povo pode, através de eleições, delegar poderes nos governantes, e quando estes não desempenhem bem as suas funções, há mecanismos para recuperar esses poderes. Existe então uma relação estreita entre a democracia e o sufrágio universal, este não reflecte tudo, mas um regime político sem sufrágio universal não é um regime democrático.

Em Macau, o artigo 26.º da Lei Básica define o direito dos residentes a eleger e a ser eleitos, direito este que é assegurado por esta lei constitucional, assim, todos os residentes permanentes de Macau, desde que tenham a idade prevista na lei, devem ter o direito de eleger e de ser eleitos nos termos da lei, e com base neste raciocínio, deviam poder eleger o líder da RAEM. No entanto, ao longo dos últimos 16 anos, este direito não foi plenamente concretizado, pois são apenas 400 as pessoas que têm direito a eleger o Chefe do Executivo, numa eleição que é das mais importantes para a RAEM, mais de 99% dos residentes são afastados, não podendo exercer o seu direito de eleger e de ser eleitos. Nas eleições da Assembleia Legislativa há sufrágio directo, mas os residentes só podem eleger 14 dos 33 deputados. O sufrágio indirecto também é uma forma de eleição a que, na realidade, só poucos podem aceder, só quem pertence às associações, que por sinal são poucas (em Macau existem 6000 associações com qualidade de pessoa colectiva, mas só algumas centenas têm capacidade eleitoral activa, e mesmo nestas associações, a maior parte dos membros está afastada da tomada de decisões). Não vale a pena falar sobre os sete deputados nomeados, pois a sua nomeação é feita pelo Chefe do Executivo, uma pessoa cujo poder não foi delegado pelo povo. Isto é ridículo!

Segundo Karl Marx, a superestrutura, incluindo o sistema político, tem de acompanhar a evolução da economia. Nos últimos mais de dez anos, o célere desenvolvimento económico e a transformação substancial da estrutura económica ditaram adaptações na superestrutura e no sistema político. Caso contrário, a estabilidade social é posta em causa.

A mudança do sistema político é incontornável, mas como fazê-la? É evidente que qualquer reforma tem de ser progressiva e o parâmetro para avaliar o seu progresso é ver se a democracia e o sufrágio universal são reflectidos no sistema político.

Conforme este critério, a reforma política de 2012 foi uma falsa reforma completa, uma vez que a metodologia conhecida como «2 mais 2, mais 100» não foi mais do que aumentar os assentos, pois não representou qualquer avanço democrático nem correspondeu ao progresso gradual da democracia. Por isso, após 2012, a sociedade tem vindo a exigir uma nova reforma política, esperando um sistema político que reflecta efectivamente o progresso democrático.

É verdade que, para concretizar a democracia, é necessário enfrentar resistências e retóricas distorcidas. Por exemplo, no debate das LAG, quando referi a promoção do sistema democrático, o Director dos Serviços de Assuntos de Justiça respondeu com aquela desculpa pré-fabricada, dizendo que a proposta acabou de ser aprovada em 2012 e, de acordo com a decisão do Governo Central, qualquer alteração deve corresponder aos «princípios da manutenção da estabilidade do sistema político fundamental da RAEM, do funcionamento eficaz da estrutura política com predominância do poder executivo, da defesa dos interesses das diversas camadas sociais e dos diversos sectores de Macau, da manutenção da prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau». Disse ainda que uma alteração a curto prazo seria desfavorável para a estabilidade do sistema político. Segundo esta lógica, depois da reforma de 2012, já não são possíveis mais alterações. Isto é um absoluto disparate. Na verdade, na decisão da APN, pode ler-se «continuar a promover gradualmente o desenvolvimento do sistema político da RAEM». É evidente que a promoção do desenvolvimento do sistema político não contraria os 4 princípios que referi. Muito pelo contrário, só com a vontade de progredir é que se consegue equilíbrio social e estabilidade nos diversos sectores, incluindo no sistema político. Na minha opinião, este progresso paulatino deve ter um calendário. Por exemplo, nas primeiras 3 legislaturas, em conformidade com o roteiro definido pela Lei Básica, a composição da AL passou de «8, 8, 7», para «10, 10, 7» e «12, 10, 7» sucessivamente. Em todas as legislaturas houve mudanças, que se traduziram num avanço democrático. E foi exactamente nestes dez anos que a sociedade de Macau se manteve estável e a economia se desenvolveu. Portanto, desde que haja um rumo e etapas claramente definidas, o desenvolvimento do sistema democrático tem efeitos positivos para a estabilidade do sistema político e da sociedade.

Hoje, a RAEM já tem 16 anos. Para que Macau seja um exemplo do cumprimento do princípio «um país, dois sistemas» e se concretize o ideal de Macau governado democraticamente pelas suas gentes, é altura de promovermos, em conjunto, o desenvolvimento do sistema democrático!

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM refere como um dos sétimos princípios fundamentais o reforço da eficiência de governação com o propósito de manutenção da estabilidade da equipa dos trabalhadores dos serviços públicos e elevação da qualidade dos serviços prestados e criação de um mecanismo de apreciação imparcial do regime do desempenho dos trabalhadores.

Para tais delirados de boa governação e ímpolita equipa de trabalhadores da administração pública implica resolver os graves problemas internos que minam diariamente a sua moral resultando na ineficiente produção de qualidade de serviços aos cidadãos.

Assim sugiro ao Governo para resolver em primeiro lugar o problema da exploração dos trabalhadores obrigando a exercer trabalhos da responsabilidade de categorias superiores procedendo à junção das categorias referentes aos índices 195 com 260 e 350 com 430.

Também será de justiça proceder à contabilização integral dos anos de trabalho para efeitos de pagamento das diuturnidades ao invés do actual pagamento parcial.

A maioria dos trabalhadores sujeitos ao regime de Fundo de Pensões aspira por poder aposentar mais cedo ou seja a partir de 20 anos de serviço efectivo. Uniformização na compensação de 1 dia de descanso.

Também não se compreende a lógica do limite de pagamento de horas extraordinárias nomeadamente o limite de 300 horas anuais aos condutores da administração pública quando muitos serviços públicos organizam cursos de formação fora das horas de expediente.

Recentemente o Governo demonstrou intenções de construir habitação aos seus trabalhadores incluindo procedendo alterações no regime de atribuições permitindo o alargamento na concessão.

Os trabalhadores esperam que hajam mais desenvolvimentos sobre esta importante matéria.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 25 de Novembro de 2015.

José Pereira CoutinhoA